



No CCO-Rio, mais um exemplo da CEDAE que dá certo

Inteiramente informatizado e interligado ao Guandu e à Divisão de Controle de Qualidade da Água, o novo Centro de Controle Operacional - CCO-Rio - que deixou surpreso o próprio Governador, em visita àquela unidade - vem ajudando a garantir mais qualidade ao abastecimento de água do Rio. Reunindo tecnologia de primeiro Mundo, o Centro permite o monitoramento completo do Sistema, durante as 24 horas do dia, agilizando os serviços de manutenção e reparos e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população.

PÁGINA 7

Técnicos vão propor ao Governo alternativa à privatização da Barra

A ASEAC está estudando a possibilidade de levar ao Governo a proposta dos Técnicos da CEDAE para que as autoridades estaduais, em vez de transferir ao setor privado os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá/, utilize as linhas básicas definidas pelo edital de concessão, para criar a primeira Empresa Subsidiária Regional da Cedae, dentro do novo modelo gerencial, elaborado por eles, para a Companhia, através da Entidade. A sugestão já foi levada à direção da ASEAC, para que seja encaminhada antes da licitação para a transferência dos serviços à iniciativa privada, cuja entrega dos envelopes está marcada para

o dia 3 de março. A idéia é transformar a Barra numa espécie de "laboratório" para a implantação do novo Modelo de Gestão, descentralizando os serviços e dando a autonomia que a CEDAE precisa para se tornar mais eficiente e melhorar a qualidade dos seus serviços. O novo Modelo de Gestão, da forma como foi elaborado, propõe, além da participação, de fato e de direito, dos poderes municipais (muito próximos a todas as camadas da sociedade), a participação majoritária do Estado, no planejamento global da política de Saneamento, na normatização e na auditoria das empresas regionais.

PÁGINA 4

Decreto do Governo prepara o caminho para a privatização

Novo Regulamento dos serviços de Saneamento no Estado do Rio de Janeiro ignora a existência da CEDAE e cria as figuras das concessionárias e das permissionárias.

PÁGINA 5

Teresópolis

Suspensa a autorização para privatizar sistema local.

PÁGINA 6

Editorial: O Saneamento do Estado do Rio está de luto

1º Escalão de São Gonçalo tem dois colegas da CEDAE

A capacidade técnica e experiência de dois engenheiros da CEDAE vão ser postas à disposição da população do município de São Gonçalo, na gestão do atual prefeito, Edson Ezequiel (PDT/RJ): Walcyr Mariosa e José Rômulo de Melo foram empossados, no último dia 1º de janeiro, nos cargos de Secretário de Fazenda e de Obras, respectivamente.

Walcyr Goulart Mariosa é engenheiro civil, formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, turma de 1956. Começou sua carreira exatamente no município onde hoje é Secretário de Fazenda, como engenheiro da Cia. Fiat Lux.

Em 1965, ingressou na Sanerj, onde exerceu os cargos de Diretor Técnico, Superintendente de Águas e Esgotos de Duque de Caxias e engenheiro de produção. Foi assistente do Diretor Técnico na Comissão de Águas e Engenharia Sanitária - CAES; Diretor de Economia e Finanças da Superintendência Central de Engenharia Sanitária - SUCESA -; e Assessor Especial da Presidência. Em 1976, após a fusão, regressou a iniciativa privada, através da Construtora Mendes Júnior, quando respondeu por importantes obras, como engenheiro, gerente de obras, co-responsável pela construção do Metrô do Rio, e coordenador da construção do Sambódromo.

Voltou para a área de Saneamento em 1984, já para a CEDAE, onde ocupou os cargos de Assessor Especial da Presidência, Superintendente de Empreendimentos Especiais, de Empreendimentos Financiados, Assessor de Planejamento, Chefe de Gabinete, Assessor da Vice-Presidência e Diretor de Obras.

José Rômulo de Melo, que ocupa a Secretaria de Obras de São Gonçalo pela segunda vez, também é engenheiro civil, diplomado pela Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro. E desenvolveu, praticamente, toda a sua vida profissional na área de Saneamento, no Estado do Rio de Janeiro.

No Estado, ingressou em 1965, ini-



Walcyr Mariosa

cialmente, no Departamento de Esgotos Sanitários e na Empresa de Saneamento do Estado da Guanabara, até 1975, quando, então entrou para a CEDAE. Nesse período, desempenhou várias funções, como Chefe de Serviço e Diretor de Divisão.

Em 1967 e 1970, fez cursos de aperfeiçoamento profissional na área de Engenharia Sanitária, nos Estados Unidos. Na CEDAE, foi Chefe de Serviço, de Divisão e Superintendente, até ser empossado como Presidente da Empresa, en-



José Rômulo de Melo

tre março de 1983 e março de 1987, sendo que, entre setembro de 86 e março de 87, acumulou, também, a Secretaria de Estado de Obras e de Meio Ambiente. De 1989 a 93, Rômulo foi Secretário de Obras e Serviços Públicos de São Gonçalo.

Foi responsável, também, a partir de 1994, pela implantação e pela Superintendência Executiva do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Nesse período, acumulou, ainda, a vice-Presidência da CEDAE.

DEU NO JORNAL O DIA (21/01/97)

Questão de sobrevivência

Por encomenda da Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Aspásia Camargo, o Instituto Data-Brasil vai começar a fazer um profundo levantamento de toda a bacia do Vale do Paraíba.

O objetivo é descobrir qual o verdadeiro tamanho social do rio Paraíba do Sul e quais as possíveis fórmulas para adiar o fim da vida útil do rio, previsto para daqui a 15 anos.

Só dois outros rios, no mundo, tem a importância social do Paraíba. O Hudson, nos Estados Unidos, e o Ganges, na Índia.

A nota é bastante elucidativa e, de certa forma, descortina as intenções do Governo do Estado, que solicitou ao

Ministério do Planejamento - Seplan - o financiamento de estudos para definir uma nova modelagem para a CEDAE, mantendo, nas mãos da Empresa, apenas o Guandu - que depende 100% da água proveniente do rio Paraíba do Sul - e entregar, através de concessão à iniciativa privada, o sistema de distribuição, dividido em cinco lotes (ver matéria da página 4). Com isso, as empresas privadas ficam com a confortável atribuição de distribuir água de boa qualidade, captada e tratada, enquanto ao Estado caberá toda a responsabilidade de investir na recuperação da fonte primária de abastecimento de água, para poder tratá-la e entregá-la às concessionárias particulares, que não precisariam correr nenhum tipo de risco.



ANIVERSARIANTES

Nossa homenagem aos colegas da CEDAE que aniversariam no mês de fevereiro:

| | |
|--------------------------------------|-------|
| Alberto José Mendes Gomes | 20/02 |
| Alcides Vilela Saloca | 08/02 |
| Alfredo Pinto Aveiro | 24/02 |
| Artur Moraes | 21/02 |
| Benedito Aurélio X. da Silva | 19/02 |
| Benito Piropo | 09/02 |
| Carlos Roberto de A. Figueiredo | 25/02 |
| Celeste Piloto Rodrigues | 08/02 |
| Celso Leitão Corrêa | 21/02 |
| Cláudio Pinto Martins | 07/02 |
| Clóvis F. do Nascimento Filho | 27/02 |
| Edson Avellar da Silva | 09/02 |
| Eliane Branco de Souza | 22/02 |
| Eurenildes Braz Pereira | 03/02 |
| Fernando Carlos F. Barcellos | 03/02 |
| Gentil Marcondes Netto | 01/02 |
| Humberto de Melo Filho | 22/02 |
| Ismenia de Lima Fonseca | 05/02 |
| Jarbas de Azevedo B. Ferreira | 04/02 |
| José Augusto Andrade Silva | 01/02 |
| José Carlos Filippo | 20/02 |
| José Carlos Vieira | 18/02 |
| Júlio Almeida da Costa | 18/02 |
| Júlio César Oliveira Antunes | 27/02 |
| Luiz Clarkson Lebreiro | 21/02 |
| Luiz Cláudio E. de Deus | 13/02 |
| Luiz Octávio Alves | 06/02 |
| Luiz Oscar Mota Belmonte | 26/02 |
| Luiz Roberto de A. F. Ramos | 24/02 |
| Luiz Rocha Filho | 14/02 |
| Maria Helena Monteiro Vieira | 13/02 |
| Maria Suely C. M. Fontenelle | 26/02 |
| Nelson Lamy | 25/02 |
| Nelson Ribeiro de Almeida | 16/02 |
| Niceu Fantasia Almeida | 20/02 |
| Nilton Alves Pereira | 23/02 |
| Orlando Aguiar Antunes Pereira | 01/02 |
| Otojací Porfírio Cezário | 12/02 |
| Renato Guerra Marques | 09/02 |
| Ricardo Silva A. Silveira | 18/02 |
| Roberto Carneiro da S. Caldas | 06/02 |
| Robson de Souza | 03/02 |
| Rogério da Cunha Barcellos | 19/02 |
| Romário Reis | 17/02 |
| Sandra Maria F. G. Estrada | 22/02 |
| Sidney Rosas de Sá | 19/02 |
| Ubirajara Pinto da Motta | 06/02 |
| Valdehi Conceição Sacramento | 20/02 |
| Virgínia Maria A. M. Desouzart | 06/02 |
| Wallace Bernardino da Silva | 26/02 |

Jornal da ASEAC
7257C

ASSOCIAÇÃO DOS
EMPREGADOS DE NÍVEL
UNIVERSITÁRIO DA CEDAE

Rua Sacadura Cabral 120
Salas 601, 602, 607 e 902
Tels: 263 6240 e 296 0025
Ramal 102 Telefax: 253 7482

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-Presidente
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes
Administradores
Pedro Paulo de Freitas
Advogados
Sueli Kolling Turano
Analistas
César Lima da Graça
Aposentados
Edson Bittencourt Rosas
Elysio Américo M. da Fonseca
Leon Ambram
Nacim Chau Cascum
Arquitetos
Dirceu Soares Marinho Filho

Biólogos

Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
Sérgio Pereira
Demais categorias
Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis F. do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha
Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Emy Guimarães de Lemos
Arlindo Pereira
Jorge Rodrigues Leitão
Alberto José M. Gomes
Produção e Edição:
Planin Assessoria de Comunicação
(021) 220-5031/224-5472
Jornalista Responsável:
Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ
Editoração Eletrônica e Arte Final:
Icône Comunicação e Arte
(021) 238-2840 / 268-4713
Revisão: Maria Amália Monteiro
Tiragem: 2.000 exemplares - Ed. Jan/97

Contradição: preservar X privatizar

A insegurança que envolve a todos os empregados da CEDAE, decorrente das ameaças do governo do Estado de fatiar a Empresa está levando os nossos colegas a um comportamento aparentemente de indiferença mas que, sabemos, em verdade, é um estado de vigília e fuga à realidade. Crédulos, muitos de nós, facilmente, tornam-se presas fáceis de discursos que desenham o restabelecimento da segurança sonhada, isto é, a preservação da CEDAE. Por outro lado, qualquer outro companheiro, em circunstâncias que não lhe permitam tal envolvimento, vê com clareza que tais discursos são evasivos. Não é difícil constatar. É que a cegueira da insegurança faz-lhes acreditar no incrível. Desperta, companheiro!

O Sr. governador, desde a campanha da eleição que o alçou à governadoria deste Estado do Rio de Janeiro, bem como, os seus colaboradores diretos, a começar pelo Sr. vice-governador, vêm discursando em defesa da CEDAE como um instrumento indispensável para o governo atuar eficientemente no Saneamento Básico. Enquanto candidato, o Dr. Marcello fez-nos acreditar que era contra a idéia de privatização da CEDAE. Na ocasião, em encontro promovido pela ASEAC, O Dr. Marcello Alencar criticou a eficácia desta Cia. Aventou hipóteses

quanto aos culpados por tal momento que passávamos. Tranqüilizou-nos ao afirmar, com entonação especial, ressaltando a sua posição contrária à privatização, não só da CEDAE, como do Banerj, Light etc. A primeira decepção, no entanto, veio com o PED - Programa Estadual de Desestatização - no início de seu mandato como Governador. Nele, lá estava o instrumento CEDAE, indispensável ao Governo para bem atuar no Saneamento Básico.

O fato é que, até hoje, nas esferas governamentais, ressoam os discursos em defesa da CEDAE, reafirmando a sua importância para o Saneamento Básico. Há, no entanto, uma

contradição preocupante nesses discursos: se por um lado, eles afirmam que a CEDAE é importante e deverá ser preservada, por outro, a mídia, divulga várias notícias sobre o seu fatiamento em várias outras empresas, que deverão ser entregues ao setor privado. Comprovando a veracidade da mídia, simultaneamente, o governo publica, no Diário Oficial, os editais de licitação pública, que deverão entregar à iniciativa privada a Região dos Lagos, além da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá. E, finalmente, para provar que o discurso não tem a ver com a prática, através do Diário Oficial, somos informados, também, do Edital que deverá definir a Modelagem da CEDAE para, inclusive, privatizá-la.

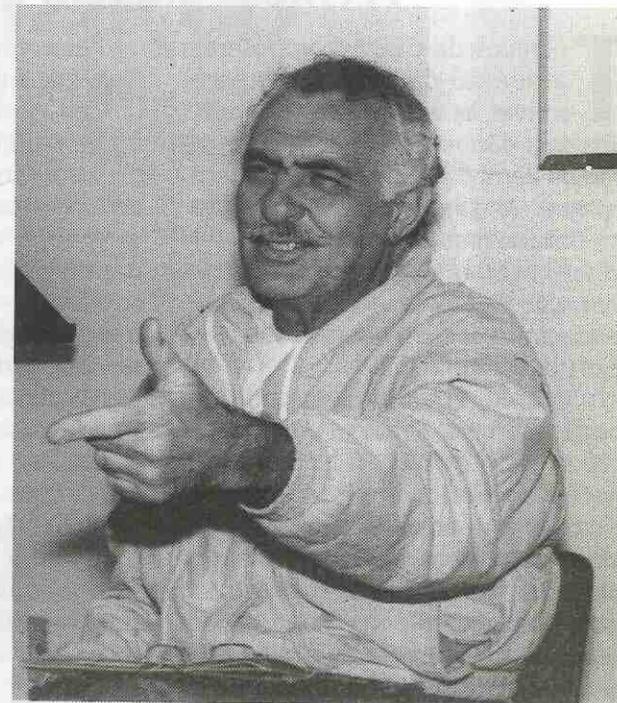
Não é propósito da ASEAC que todos se tornem oposição a este governo. Queremos, sim, é que só acreditem no discurso quando ele sair do evasivo para o campo real. E fazê-los raciocinar sobre a importância de, neste momento confuso, não se tornarem, além de indiferentes, também, inoperantes, profissionalmente, quanto aos objetivos reais da CEDAE, na defesa da saúde e da melhoria da qualidade de vida da população deste Estado.

Temos certeza de que já é do conhecimento do Sr. governador que a ASEAC existe. Existe hoje, disposta a resistir na defesa do Saneamento

Básico público, e não privado. Existe hoje uma ASEAC diferente, sofrida, não mais aquela Associação crédula do passado, que acreditou nas promessas de uma campanha eleitoral, e que foram esquecidas. Hoje, uma ASEAC politicamente mais madura e disposta a atuar de todas as formas possíveis, seja através de contatos políticos, de ações na justiça, na mídia e mesmo através de ações administrativas, contesta a privatização do Saneamento e repudia o discurso vazio. O Sr. governador sabe que estamos fazendo contatos políticos para formar uma massa coesa para efeito multiplicador da oposição à idéia de tornar o Saneamento

Básico um meio de negócio que, como consequência, gerará o lucro, com graves prejuízos ao seu caráter social e do espírito preventivo de saúde ou de saúde pública. O Sr. governador sabe, também, que não esquecemos e, atendendo ao seu apelo de campanha, intensificamos estudo de modernização da CEDAE, hoje já concluído na proposta de um "Novo Modelo de Gestão", onde evidencia-se o potencial econômico-financeiro da CEDAE, com metas e desafios para atendimento, em cinco anos das necessidades da população; onde, hipoteticamente, prova-se que a CEDAE descentralizada, através de uma subsidiária na fatia Barra/Recreio/Jacarepaguá, obterá resultados superiores aos esperados pelo Governo em seu edital de privatização, acrescido com as perspectivas de manutenção das ações sociais e políticas do Governo, voltadas para outras regiões carentes, tais como a Zona Oeste e Baixada. Sabe, ele, muito bem, em face de sua formação profissional, que a última instância como caminho lícito para obstar a idéia que querem torná-la real, de fatiar a CEDAE, é a via judicial. Com certeza lá chegaremos. Não como adversários políticos, eventualmente. Mas, como idealistas e cidadãos que têm visão real dos fatos e que não foram afetados pelos ataques na mídia, que colocou grande parte da sociedade deste Estado com opinião contrária à CEDAE, ainda que nunca tenha tido, na prática, uma desassistência no abastecimento de água ou de coleta de esgotos. - Falam porque ouviram falar, como alguns produtos que se consome porque a propaganda atua no nosso subconsciente. Queremos afirmar: - Não há uma opinião pessoal independente.

O Sr. Governador pode, mas não deve privatizar o Saneamento Básico, apesar dos compromissos políti-



"O Sr. Governador não irá, de certo, querer passar para a história deste Estado, como responsável pela desativação de um dos mais inteligentes instrumentos governamentais, que lhe dá a sustentação das rédeas da saúde pública."

cos assumidos. Essa questão está aquém do papel sócio-político de um verdadeiro governante. O Sr. Governador não irá, de certo, encerrar a sua carreira política, passando para a história deste Estado, como tendo sido responsável pela desativação de um dos mais inteligentes instrumentos governamentais, que sempre deu aos governantes deste Estado a sustentação das rédeas da saúde pública; como responsável por todos os danos decorrentes de tal ato. A prudência, a sensatez, a argúcia, a maturidade e a legitimidade de que é possuidor apontam para o reexame da questão. É aqui, que queremos estar, para a virada da CEDAE, tornando-a moderna e ágil, melhor do que a atual e daquelas que eles pretendem com a privatização e que, por isso, a defendem como a panacéia. É nesse momento que meus companheiros poderão se emocionar. Estarão diante da prática e não do discurso.

*Dario Mondego
Presidente*

Novo Modelo de Gestão

Técnicos querem que a Barra sirva de projeto piloto da nova CEDAE

Técnicos da CEDAE propuseram à direção da ASEAC que encaminhe às autoridades estaduais uma sugestão no sentido de que a região da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá - já com licitação para concessão privada marcada para março - seja utilizada como laboratório para a implantação do novo modelo de gestão descentralizada, elaborado pelos técnicos da Companhia.

- Estamos ainda atravessando um momento estrategicamente importante para o início da implantação do novo modelo de gestão, qual seja a perspectiva de concessão da área da Barra, Recreio e de Jacarepaguá. Esta seria a oportunidade para que fosse definido um projeto piloto deste Modelo, criando-se a primeira **Empresa Subsidiária Regional**, que seguiria as linhas básicas definidas no edital de concessão - afirmam os técnicos da Empresa.

Segundo eles, o Governo poderia estipular um prazo definido para que os gerentes da CEDAE administrassem, de forma descentralizada, a área em questão, seguindo todos os parâmetros estipulados no edital. Tal administração seria auditada, passo a passo, para aferir o cumprimento das metas previstas. "Com isso, além de garantirmos a reaplicação social de todo o lucro gerado na região no período, de evitarmos um desbalanceamento do macro sistema adutor causado por um fornecimento preferencial de água, de dar maior credibilidade à CEDAE e à administração pública, ainda teríamos uma sensibilidade maior do real valor de uma "Empresa de Saneamento local", administrada nestes moldes, para casos de futuras privatizações.

No entender do Superintendente Regional Sul - SURSU - Armando Costa Vieira Júnior, a atual forma de gerir a Companhia - e o Saneamento -, que tão bem serviu para a implantação de uma política de Saneamento nacional, se exauriu ao longo do tempo, e as transformações e desenvolvimento da sociedade - e tecnológicas - passaram a exigir respostas muito mais imediatas, por parte de todos os fornecedores de serviços essenciais.

Assim sendo, o novo modelo de gestão, da forma como foi elabora-

do, propõe, além da participação, de fato e de direito, dos poderes municipais (muito próximos a todas as camadas da sociedade), uma gestão bastante descentralizada, que vai melhorar muito o poder de decisão dos órgãos executivos e proporcionar agilidade nas soluções dos problemas de abastecimento e esgotamento sanitário, enfrentados no dia a dia pela população atendida. Isto tudo, sem comprometer a participação majoritária do Estado, no planejamento global da política de Saneamento, na normatização e na auditoria das empresas regionais.

- É preciso, contudo, que todos os empregados da CEDAE tenham conhecimento deste novo Modelo proposto e que se engajem, *de corpo e alma*, em prol de sua implantação, pois sem a união de todos dificilmente conseguiremos dar a CEDAE a forma que ela precisa ter, para realizar muito melhor seu

proffcuo trabalho de imenso alcance social - afirma Armandinho.

É sempre importante lembrarmos que o produto final da CEDAE é a Saúde Pública e utilizamos a água - aliás, de ótima qualidade - e a coleta de esgotos, como meio para atingirmos este fim. Estudos da Organização Mundial de Saúde - OMS - concluíram que cada dólar gasto em Saneamento economiza outros quatro em atendimentos hospitalares.

- Por tudo isso - concluiu Armandinho - acho que a implan-

"A primeira Empresa Subsidiária Regional, na Barra da Tijuca, seguiria as linhas básicas definidas no edital de concessão do Governo do Estado, com prazo definido e auditoria permanente."

tação do Novo Modelo de gestão da CEDAE terá um grande apoio por parte do Poder Público e da sociedade, que certamente entenderão o enorme benefício que ele trará a toda a população do Estado do Rio de Janeiro, colocando a Companhia novamente em um lugar de desta-

que no cenário do Saneamento nacional. E ao Governo caberá, obviamente, o prestígio de ter proporcionado o ambiente para que isto acontecesse, provando, de maneira insofismável, que o setor público pode ser eficiente, quando há condições razoáveis de gerenciamento.

CREDIBILIDADE

- O novo Modelo de Gestão que está sendo proposto para a CEDAE é a única saída para que possamos ter uma Companhia mais eficiente, com credibilidade junto aos consumidores e com a total participação dos prefeitos nas de-

cisões referentes ao Saneamento Básico nos seus municípios. A opinião é do Chefe do Serviço Eletromecânico da Superintendência Regional Leste - SURLE -, engenheiro Paulino Cabral da Silva.

Para ele, o exemplo da Sabesp com o seu novo modelo de administração "nos dá segurança para garantir que a CEDAE tenha resultados para investir, com recursos próprios, beneficiando assim outros municípios, cuja arrecadação é insuficiente para o investimento em Saneamento Básico. Paulino também apoia a proposta no sentido de substituir a licitação para a concessão da Barra da Tijuca, pela criação, na região, da primeira Empresa Subsidiária Regional.

- Nós somos inteiramente a favor do Modelo de Gestão que está sendo apresentado para a Companhia. Precisamos, agora, é levar esse Modelo ao encontro das classes representativas da sociedade diretamente interessadas nesse processo, tais como políticos, entidades de classe etc. - disse o engenheiro Heleno Silva e Souza, da ATOB (Obras do interior), que participou de toda a fase de discussão da proposta.

Para ele, é importante, também, enquanto aguardamos uma solução mais permanente, que não ignoremos os aspectos jurídicos que envolvem a questão, e que podem garantir o tempo de que necessitamos para discutir melhor o problema com a sociedade. A idéia é mostrar que a CEDAE é viável. "Somos a favor do Modelo. Para isso, precisamos mostrar à população que a nossa proposta prevê um modelo simples e descentralizado, que qualquer pessoa possa entender e nos ajudar a defender", concluiu.

Diálogo Aberto (?)

O Governo do Estado já marcou data para a entrega de propostas de pelo menos três editais de concessão para serviços de Saneamento (Araruama/Saquarema/Silva Jardim e Araruama do Cabo/Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, dia 14/02; Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá, dia 03/03; e de "modelagem", dia 17/03). Trata-se de uma demonstração clara de que, através do simples diálogo, será muito difícil reverter, pelo menos em algumas áreas, o processo de privatização do Saneamento desencadeado no Estado do Rio.

Preocupada, porém, em manter este canal de negociação aberto, a direção da ASEAC vem procurando - paralelamente à elaboração de uma alternativa de gestão para o Saneamento, atra-

vés da CEDAE - fazer contatos com algumas autoridades, políticos e representantes da sociedade civil, no sentido de mostrar que a opção definida pelo Governo, além de não ser a única, dificilmente será a melhor para a população do Estado.

Nesse sentido, já procurou vereadores, deputados e, até mesmo, o Senador Arthur da Távola (PSDB/RJ), que se mostrou bastante sensibilizado com a proposta dos técnicos da Companhia, se propondo, inclusive, a levar o assunto ao Secretário de Planejamento Marco Aurélio Alencar. Outros contatos - com o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira (PDT/RJ), e com o vereador Paulo Pinheiro - já estão sendo agendados e deverão ocorrer em breve. Informalmente, o Vice-Presidente

da CEDAE, Walcyr Mariosa, teve um contato com o Prefeito Luís Paulo Conde, que também se mostrou bastante interessado em conhecer mais detalhes do projeto de mudança do modelo gerencial da Empresa.

Independente disso, o Presidente da ASEAC, Dario Mondego, teve um encontro, no último dia 27 de janeiro, com o advogado e ex-deputado Marcelo Cerqueira, para discutir a possibilidade de acionar juridicamente o Estado, para impedir o processo de privatização, tendo em vista os interesses maiores da população do Estado do Rio. A ASEAC já está de posse de todos os editais de concessão, que estão sendo analisados ponto a ponto.

Decreto do Governo prepara o caminho para a privatização

Novo Regulamento dos serviços de Saneamento ignora a existência da CEDAE e cria as figuras das concessionárias e das permissionárias

“**C**onfuso, genérico, omissivo e perigoso, do ponto de vista institucional”. Esta é a opinião de técnicos do Setor sobre o novo decreto do Governo do Estado (nº 22872, de 26/12/96), que regulamenta os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro. O documento vem sofrendo severas críticas de técnicos da área de Saneamento Básico, que o vêem como um instrumento para que se criem condições para a privatização do Saneamento no Estado, “na medida em que o texto do decreto substituiu a CEDAE por concessionárias e permissionárias”.

- Na verdade, explicam os técnicos, toda e qualquer referência sobre a CEDAE foi omitida no decreto, sem definir quem são os novos concessionários. Segundo eles, enquanto não surgirem novas concessionárias, deveria prevalecer o nome da CEDAE. Os técnicos da Companhia advertiram que a própria CEDAE já tinha elaborado propostas para reformular o decreto anterior (553 de 16/01/76), que regulamentava os serviços de Saneamento no Estado, incorporando novos meca-

nismos para aperfeiçoá-lo, mas o governo, simplesmente, ignorou esse trabalho.

O novo regulamento - que revoga o anterior - está vigorando desde a data de sua publicação (27/12/96). Na verdade, ignorando a Constituição que define os municípios como o “poder concedente” - o decreto do Governador deixa implícito que essa atribuição é do “poder concedente, que poderá aumentar a tarifa quando se fizer necessário, de forma a atender o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos a serem feitos com as concessionárias privadas” (artigo 97). Contudo, como a Constituição define os municípios como “poder concedente”, na hora em que tiver que conceder um aumento de tarifa, o Estado - que até então detinha essa prerrogativa - terá que consultar, um a um, os municípios, para obter sua concordância.

O decreto ignora, também, o fato de que o próprio Governo reconheceu o município como “poder concedente”, nos editais de privatização dos sistemas da região dos Lagos. Ainda mais grave, segundo os técnicos, é que o atual Decreto revoga todos os anexos que definem a estrutura ta-

rifária, estabelecida no regulamento anterior, mas, também, não define novos mecanismos de formação de tarifas, para atender os serviços prestados atualmente pela CEDAE.

Para os técnicos, esta omissão com relação à cobrança é perigosa: “No momento em que se estabelece os direitos e obrigações para a prestação do serviço, é importante que

“No momento em que se estabelece os direitos e obrigações para a prestação de serviços, é importante que se definam, também, os custos.”

se defina o custo desse serviço, para que, depois, não se venha a cobrar o que bem se entender. Isso é muito perigoso, até para quem presta o serviço, pois, sem critérios claros e bem definidos, qualquer tarifa que venha a ser cobrada pode ser questionada, já que não existem critérios para isso”, alertam. Além disso, segundo eles, o que o governo fez foi dar a

concessionária um certo grau de liberdade para manipular a tarifa. “O risco maior é a questão do pagamento das contas, cuja cobrança, se não estiver bem definida, poderá gerar protesto por parte dos consumidores, até mesmo na justiça”. Problema semelhante ocorre com os serviços de esgotamento sanitário, cuja tarifa passa a ser calculada sob novos critérios, submetidos a contratos de concessão que nem sequer ainda existem”.

Pelo novo regulamento, caberá, também, ao “poder concedente” - neste caso o Estado - fixar normas para a cobrança de multas (artigo nº 100), transferindo essa definição ao concessionário. Além disso, pelo artigo 110, parágrafo 2º, o Estado se investe, também, de autoridade para definir os critérios para classificar as construções situadas em zona de favela, sob a forma condominial, para efeito de lançamento e cobrança de ligações de água, atribuindo o consumo mínimo de 15 metros cúbicos de água por mês, por economia, independente do número de quartos dessa unidade residencial. A cobrança do esgoto será idêntica ao valor da conta d'água.

Governo Federal cria lei específica

Enquanto o setor ainda discute a decisão do Ministério do Planejamento de criar, através da Secretaria de Política Urbana da Seplan - Sepurb - uma lei federal específica para definir critérios para as concessões privadas dos serviços de Saneamento, o Governo do Estado, de forma atrapalhada, publicou no Diário Oficial um decreto que, ignorando a Constituição, define o Estado como “poder concedente”.

A publicação do Decreto serviu apenas para mostrar as reais intenções do Governo no sentido de que pretende mesmo privatizar a CEDAE. Fora isso, foi feita fora de hora, porque não esperou a regulamentação federal, que analisa, hoje, de forma bastante cautelosa, para evitar ações na justiça, a questão da titularidade das concessões. Segundo técnicos do Ministério do Planeja-

mento, a dúvida maior é quando a produção da água estiver fora dos limites territoriais do município. Citam como exemplo, o Sistema Guandu - que atende a uma Região Metropolitana, ou seja, a vários municípios. Neste caso, explicam, a nova lei de concessões - que deverá ser enviada ao Congresso Nacional, ainda neste trimestre, tende a definir que o “poder concedente” é o Estado.

Outra prova é que o novo decreto foi publicado de maneira intempestiva é que a nova lei de concessões federal vai definir as diretrizes básicas com relação a regulação do serviço, ou seja, deverá criar órgãos que definam a política de Saneamento e possibilitem aos estados e municípios controlar a prestação do serviço feito pelas novas concessionárias.

Modelagem

Para a CEDAE, a Seplan está financiando, a pedido do Governo do Estado, um estudo de modelagem da Empresa - que já deveria estar concluído - e que traz uma nova proposta de gestão e regulação dos serviços de Saneamento no Rio de Janeiro. A proposta, que ainda está sendo analisada, define que o Sistema Guandu seria dividido em cinco lotes de distribuição, que deverão ser licitados para a iniciativa privada. A captação e produção da água continuariam com a Cedae, mas a distribuição seria dividida nos seguintes lotes: Centro; Zona Sul; Zona Oeste; Baixada Fluminense e Barra e Jacarepaguá. Segundo fontes da Seplan, a previsão dos técnicos do Governo do Estado é de que, em 12 meses, todos esses lotes sejam lançados no mercado e privatizados. Com relação ao edital de privatização da Barra da Tijuca, informaram que este foi preparado pelo Governo do Estado do Rio, sem a participação do Ministério do Planejamento. O mesmo ocorreu com os estudos relativos à Região dos Lagos - que deverá ser dividida em dois lotes. Para Niterói/São Gonçalo, o estudo, financiado pela Seplan, prevê um único lote, a ser licitado no prazo máximo de um ano. Para o interior, a orientação será no sentido de municipalizar os sistemas e/ou privatizá-los.

Teresópolis

"Cheque em branco" sustado?

O verdadeiro "cheque em branco" que o prefeito anterior de Teresópolis, Luís Barbosa, conseguira aprovar na Câmara de Vereadores local, autorizando o executivo a negociar com o Governo do Estado a privatização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da cidade, foi sustado, pelo atual governo municipal.

Através de uma lei da própria Câmara, o presidente do Legislativo, Luiz Gallo Ferreira, revogou a decisão anterior, cancelando a permissão, a pedido do novo Prefeito, Mário Tricano. Procurado pelo Jornal da ASEAC, Gallo alegou desconhecer, ainda, detalhes desse processo, comprometendo-se a prestar maiores informações logo que houvesse um posicionamento mais claro das intenções do Executivo local.

Por sua vez, o Prefeito Mário Tricano - que na ocasião das eleições respondeu, em entrevista ao Jornal da ASEAC que pretendia ouvir os trabalhadores e a população, antes de se decidir - informou que já solicitou estudos sobre a situação do sistema de saneamento da cidade aos seus secretários de Obras e de Serviços Públicos, para, então, firmar uma posição. Sem se manifestar contra ou a favor da privatização dos serviços, acrescentou que, em meados de fevereiro, estará de posse desses estudos e prometeu falar sobre o assunto.

Ele adiantou que, no momento, sua preocupação maior é com as favelas da cidade, que não contam, ainda, com serviços de Saneamento. Ele pretende solicitar financiamentos, para tentar sanar esses problemas, através de programas semelhantes ao "Favela-

Bairro", que está sendo desenvolvido no Rio de Janeiro.

JOGO DE INTERESSES

A intenção de privatizar os serviços de Saneamento Básico da cidade de Teresópolis foi manifestada pela primeira vez em novembro do ano passado, quando o prefeito local, através de manobras até agora pouco esclarecidas, conseguiu convencer a Câmara de Vereadores a votar e aprovar uma autorização para que o Governo do Estado privatizasse a CEDAE no município.

Como o processo ocorreu "ao apagar das luzes" da administração local, os trabalhadores se mobilizaram rapidamente, através da ASEAC e do sindicato da categoria, para informar à população sobre o que estava ocorrendo, através de reuniões e de entrevistas à imprensa. A principal preocupação foi mostrar que o sistema de Teresópolis é um dos mais eficientes do interior, com um alto índice de hidrometração e de cobertura de serviços de abastecimento de água, que chega a 95%, e uma das menores taxas de evasão de receita de todo o Estado.

Para conscientizar a população local sobre os riscos de a iniciativa privada - cujo objetivo final é o lucro financeiro - assumir a operação do abastecimento de água, a direção da ASEAC promoveu debates com líderes comunitários, sindicais e empregados da Companhia. E aproveitou a oportunidade para expor sua proposta de implantação de um novo Modelo de Gestão para dar mais qualidade e eficiência aos serviços da CEDAE, idéia imediatamente aceita pelas lideranças locais.

O documento da Câmara

A íntegra da lei municipal nº 1723/97, anulando a autorização da Câmara de Vereadores para privatizar os serviços de Saneamento, em Teresópolis, é a seguinte:

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Teresópolis
Gabinete do Presidente

Lei Municipal Nº 1723 de 08 de Janeiro de 1997

Considerando que o Projeto de Lei nº 054/96, aprovado por este Legislativo, em 28 de novembro de 1996, não foi sancionado nem vetado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Teresópolis.

Considerando as determinações contidas no Artigo 45 e Parágrafos da Lei Orgânica do Município de Teresópolis.

Considerando, ainda, que cabe ao Presidente do Legislativo à necessária promulgação, de acordo com o inciso IV do Artigo 38 do Regimento Interno da Câmara, o Vereador Luiz Gallo Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Teresópolis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte:

Lei Municipal Nº 1723/97

ART. 1º - Ficam revogadas integralmente as Leis Municipais números 1.691/96, de 01/07/96, que outorga, em regime de concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vistas a complementação e expansão dos serviços de melhoria das condições de saneamento e; 1.692/96 de 01/07/96, que autoriza o Executivo a firmar convênio entre o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Teresópolis, com interveniência da CEDAE.

ART. 2º - Entra a presente Lei em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresópolis.

Em 08 de janeiro de 1997

Luiz Gallo Ferreira - Presidente

CONVÊNIO

EDUCAÇÃO E CULTURA

Curso Oxford - 10% desconto em todas as Unidades.

Cultura Inglesa - 10% desconto em todas Unidades.

Liceu Aquidabã - Entidade Mantenedora do Jardim Escola Hora de Aprender - Turmas de maternal à 4ª Série - Horário integral, parcial. 100% matrícula e 20% mensalidade R. Aquidabã, 671 - Tel: 269-2697

Jardim Escola Resumo das Letras - 50% de desconto na taxa de Matrícula 10% de desconto no valor da mensalidade - Tel: 254-8470 - Fax: 567-1594 - Rua: Engenheiro Adel, 43, Próximo à estação de Afonso Peña.

Verbo Data Informática - 50% de desconto em todos os cursos Tels. 253-8137/5161961 - R. Teófilo Otoni, 94/ 3º andar.

Aliança Francesa - 20% de desconto

Av. Presidente Antônio Carlos, 58/2º andar - Castelo - RJ - Tel: 220-4029.

SERVIÇOS

Fantasy Tour Agência de Viagens Ltda. - 10% Desconto. Rua Uruguaiana 10/707 - Tel: 221-2464.

Auto Mall Serviços Automotivos Ltda.

R. São Luiz Gonzaga, 1835 - São Cristóvão - Informações Tel: 284-8498 Mecânica, Revisão, Regulagem, Eletrônica, Sistema de Freio, Suspensão, Sistema Elétrico. Pagamento parcelado para a data do recebimento do salário do usuário, maior comodidade, buscando e entregando o veículo no local indicado pelo usuário. (Obs: serviço opcional para autos que tenham seguro total próprio).

Hotel Pierre Ilha de Itacuruçá - 40% de desconto sobre a tarifa balcão do Hotel incluindo o café da manhã.

Central de Reservas: Praça Pio X, 55, Sala 904 - Centro - CEP 20040-020 - Rio de Janeiro - Tel: 253-4102/ 2535403 fax (021) 253-7044 Telex 21-32961

SAÚDE

Mirian Burd Psicologia Clínica - desconto de 20% R. Santa Clara, 50/1.104 - Tel: 256-4757.

Dentistas Dr. Jorge Rubin - Dra. Magali Ferreira - 20% desconto R. Praia de Botafogo, 210- Grupo 704 Tel: 553-5696/551-8399

Dentista - Aline Freire Mendes - 30% de desconto Rua Farne de Amoedo, 75, sala 504 - Ipanema - Fone 287-3827.

Óticas Fluminense Ltda. - 10% de desconto.

Av. Rio Branco, 177, Loja B e SL - Centro. Tel. 220 1906

Av. Henrique Valadares, 23, sala 903 - Centro. Tel 224-9388.

Corpo Ótico Ltda. - 30% de desconto.

Av. Rio Branco 181/701 - Centro. Tel. 220-8370.

Rua Conde de Bonfim, 344, Loja 213 - Praça Saens Peña. Tel 264-9594.

GINÁSTICA

Academia Forma e Movimento - 100% matrícula - 20% mensalidade R. Prof. Lacer, 19 - Ramos.

Academia "David's Dance" - 20% matrícula - 30% mensalidade R. Francisco Sá, 36 - Loja "A" - Copacabana - Posto 6 - Tel: 267-4644

Academia "Arte de Viver" - 100% matrícula - 30% mensalidade R. Vasco da Gama, 220 - Cachambi

RESTAURANTES

Marius Ltda. - 20% desconto sobre o total das despesas - pagamento à vista ou cartão.

Ipanema - R. Francisco Otaviano, 96- Tel: 521-0500

Leme - Av. Atlântica, 290,290-B- Tel: 542-2393

Bonsucesso - Av. Nova York, 157- Tel: 270-7939

Churrascaria Porcão - 20% no rodízio à vista e no cartão

Rio: Ilha - Ipanema - Barra - Niterói - Informações Tel: 267-7145

Bierklause 2ª, 3ª, 4ª, e sábados (cortesia no couvert artístico para damas e cavalheiros) 5ª e 6ª (cortesia para damas e cavalheiros desconto de 10%) - Tel: 220-1298.

DIVERSOS

O Boticário - 5% desconto (em todas as Lojas).

Bom Tempo Energia Solar - R. Alcindo Guanabara, 17/1501 - Centro Tel: (021) 533-1707.

Casa Mattos Papelaria e Livraria - 10% de desconto em todas as Lojas.

Bike Store - Rua das Laranjeiras, 58-A. Tel: 285-7941.

5% - peças e acessórios no pagamento à vista.

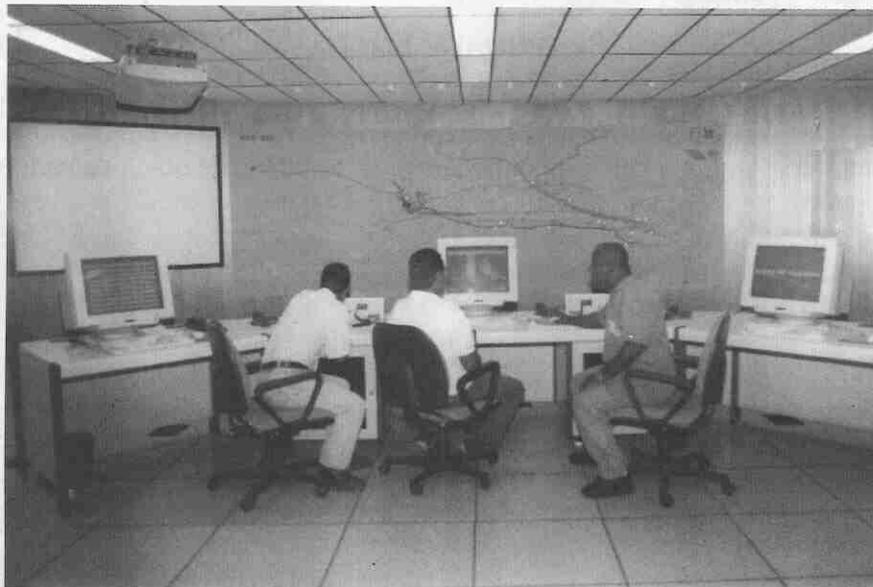
10%- serviço manutenção e montagem de bicicletas nacionais e importadas.

Novo CCO-Rio, mais um avanço no combate às perdas no abastecimento

Não foi à toa que o Governador Marcello Alencar ficou tão surpreso ao ser apreen-tado ao Centro de Controle Operacional - CCO-Rio -, durante a inauguração do novo sistema de monitoramento das principais linhas adutoras da CEDAE, no último dia 4 de dezembro, na sede da Superintendência de Operações e Manutenção - OMA -, responsável pelo controle da vazão total e da qualidade da água produzida no Rio para abastecer 7,3 milhões de habitantes - cerca de 80% da população de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O novo CCO-Rio - um dos mais expressivos exemplos da "CEDAE que dá certo", até então desconhecido do Governador, segundo ele próprio confessou, na ocasião - foi totalmente reformado, com modernos sistemas informatizados, através do Projeto de Macromedição por Telemetria, coordenado pelo engenheiro Wladimir Bogdanoff, assistente do Superintendente da OMA, Emy Guimarães de Lemos. Interligado aos CCOs do Guandu e da unidade de controle de qualidade da água (rua Octávio Kelly), o Centro está capacitado a monitorar, durante as 24 horas do dia, dados de vazão, pressão, nível dos reservatórios e "status" dos grupos moto-bombas principais, além da turbidez, residual de cloro e PH (qualidade da água).

Utilizando tecnologia moderna de 1º Mundo, o novo CCO recebeu novos equipamentos e programas de informática, estações remotas (PLC), micro-medidores e sensores (instrumentação de campo), abrigos para remotas, sala de controle, novas LPs (linhas privadas da Telerj) e modens. Para o controle da qualidade da água, foram instalados, em 18 pontos, medidores especiais, ao longo das adutoras Veiga Brito e Henrique de Novaes. Finalmente, através de 27 estações remotas - com um total de 320 pontos monitorados em tempo real - e um



O Novo Centro de Controle Operacional tem tecnologia de 1º mundo

modelo matemático implantado, o CCO-Rio poderá controlar 90% da água produzida pelos Sistemas Guandu, Lajes e Acari, com maior segurança operacional.

FERRAMENTA

- A um simples comando, sem levantar da cadeira, é possível visualizar, de imediato, praticamente toda a situação do sistema de abastecimento de água, através de um projetor (tipo canhão), acoplado a um "software, com um modelo matemático e um sistema de simulação, que permitem identificar mais facilmente uma eventual falta d'água, originada por um acidente, em determinada área - explica Wladimir Bogdanoff. Formado em Engenharia Elétrica e Eletrotécnica pela PUC-RJ (67), com passagem pelo Curso de Economia do IAG, Wladimir explicou que o CCO funciona, hoje, como uma "ferramenta" fundamental para que a OMA possa tomar decisões mais rápidas, principalmente em caso de acidentes em algum ponto da rede.

Com uma estrutura " enxuta", apesar do grau de responsabilidade, o CCO opera com cerca de 15 a 20 pessoas, em escala de 24 X 72, incluindo engenheiros e técnicos, para controlar a vazão e a qualidade de 52 metros cúbicos de água, produzidos diariamente. Dentro do Centro, segundo Wladimir, apenas quatro pessoas dão conta do recado.

Aos 54 anos, o atual Assistente da OMA e Coordenador Geral do projeto de telemetria entrou para a Companhia em 1968, como auxiliar de engenheiro, ainda na época da extinta CEDAG. Depois de exercer vários cargos, inclusive de chefia, tornou-se encar-

regado geral de telemedição. Após a fusão, com a criação da CEDAE, passou a assistente do Superintendente de Eletromecânica, depois a Chefe do Serviço de Macromedição do Grupo de Controle Operacional e Chefe do Serviço de Telemedição. Casado com Elisabeth, com quem tem dois filhos (Alexandre, 24; e Guilherme, 26), Wladimir foi responsável, também, pela implantação do primeiro CCO da OMA, em Benfica, e do CCO-Guandu.

QUALIDADE

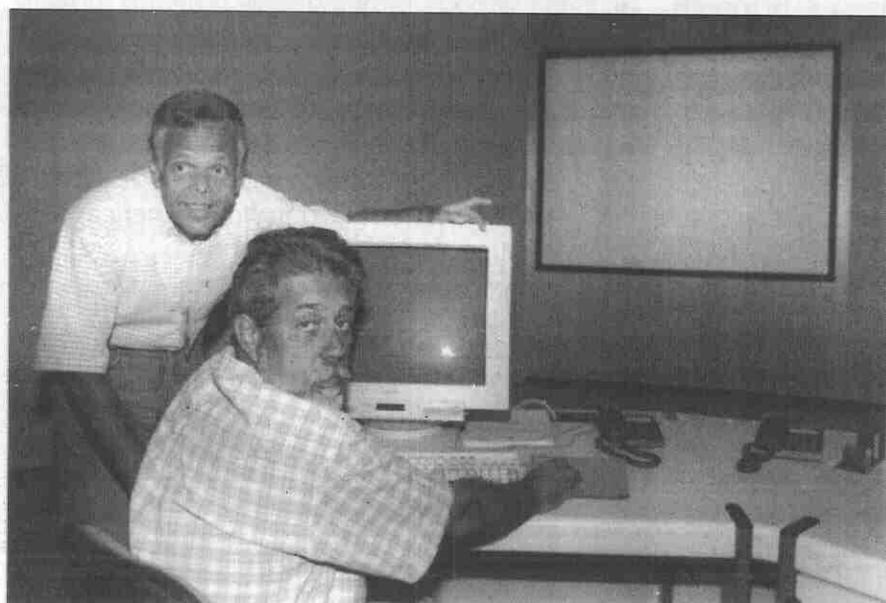
- Desde que foi implantado, o sistema de abastecimento sempre necessitou de controle, embora num nível menor. Hoje, em condições completamente diferentes de serviços, o CCO nos dá tranquilidade para saber o que está ocorren-

do nas partes do sistema, permitindo a tomada de decisão mais rápida e acertada, em caso de acidente - diz Emy Guimarães.

Nesses casos, os computadores do CCO informam imediatamente a providência a ser tomada, conforme atualizações permanentes que são feitas, através do modelo matemático implantado no sistema. "Isto evita o risco de novos acidentes, em função de uma sobrecarga no restante das linhas, já que o trecho acidentado pode ser isolado rapidamente. Além disso, reduz, também, o número de pessoas prejudicadas, acelera o tempo de recuperação do trabalho e de restabelecimento do sistema de abastecimento", diz o Superintendente da OMA. No seu entender, uma das grandes vantagens que o novo CCO vem permitindo à CEDAE é a redução nas perdas de água tratada e, consequentemente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Segundo Emy, também na Empresa há cerca de 29 anos (1968), onde entrou como estagiário da antiga Escola Técnica Nacional - hoje, Cefet -, somente no Guandu, os gastos com produtos químicos se reduziram em cerca de 20%, após a implantação do novo CCO. Emy Guimarães é Engenheiro Operacional (modalidade civil) e Engenheiro Civil (modalidade transportes), pela Faculdade Souza Marques. Além de Diretor, já exerceu vários cargos na Empresa, entre os quais o de chefe do 2º Distrito, da Coordenadoria de Operações, Superintendente de Operações e assessor da Diretoria de Esgotos. Aos 48 anos, casado com Regina Célia, é pai de dois filhos (Gabriel, 20 anos; e Flávio, 18). Ex-Presidente, Diretor Técnico, Conselheiro e, atualmente, presidente do Conselho Fiscal da ASEAC, o atual Superintendente da OMA também é Engenheiro de Segurança (Souza Marques) e representante da CEDAE na Comissão de Defesa Civil e, do Estado, no CEIVAP (Vale do Paraíba).

Junto com Wladimir, Emy é uma daquelas "pratas da casa" que ajudam a fazer, a exemplo do CCO, "a CEDAE que dá certo".



Emy e wladimir (de pé): fazendo " a CEDAE que dá certo"

Impasse nas Concessões Privadas

O "filão" das concessões, surgido nos últimos três anos no Brasil, México e Argentina para atrair o setor privado e, assim, buscar investimentos em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, não deu origem à "enxurrada" de projetos que a maioria dos setores do governo esperava, na América Latina. Por um outro lado, os próprios governos relutam em entregar um setor tão especial às mãos de particulares; por outro, a iniciativa privada exige liberdade na formação de tarifas e na condução do "negócio" Saneamento.

A constatação é da revista América/Economia, que, em artigo assinado por Rupert Wright, chega a uma conclusão, já conhecida pela maioria dos técnicos que militam neste importante segmento social: "os projetos de abastecimento de água e de coleta de esgotos são difíceis de fazer, exigem muito capital e uma legislação adequada", confessa o diretor para o continente americano da Thames Water Intercontinental, da Inglaterra, Bill Stead, que não vê, atualmente, nenhuma dessas condições, em parte alguma da América latina.

O trabalho lembra a dificuldade que a maioria das empresa estrangeiras vem encontrando em seu relacionamento com as autoridades municipais, na Argentina, o que tem, inclusive inibido os investimentos por parte dessas instituições, que insistem em negociar diretamente com o poder central. E lembra o caso ocorrido na província de Tucumã, na Argentina, governada por um ex-general, que faz questão de exibir sobre sua mesa de trabalho, um verdadeiro arsenal de armas:

- Muita gente ficou vermelha na sede da Compagnie Generale des Eaux (CGE), em Paris, quando, no começo deste ano, as autoridades municipais de Tucumã anunciaram que a água daquela cidade Argentina tornara-se marrom e ameaçaram cancelar o contrato feito com a companhia francesa, para abastecimento de água - diz a reportagem. A concessionária - Águas de Aconquija - formada pela CGE e sócios locais de Tucumã, aceitou um corte de 25% nas tarifas, em troca de uma redução nos investimentos previstos. Mas os problemas não desapareceram. No início de maio, o Legislativo da província encontrou "irregularidades" na privatização da companhia de águas local e estuda a possibilidade de pedir a rescisão ime-

diata da concessão, assim como acontece em Limeira, em São Paulo.

PRIORIDADE SOCIAL

Apesar de enfrentar dificuldades em seus orçamentos, praticamente todos os governantes da América latina reconhecem a necessidade de obter novas fontes de recursos, para bancar a melhoria da infra-estrutura de água e de esgotos. Por outro lado, falou-se - e fala-se muito - no setor privado como alternativa, mas a realidade "é apenas um punhado de projetos de financiamento multilateral, quase sempre acompanhados de grandes dores de cabeça", diz a Revista América/Economia.

Na verdade, o cólera desenterrou o tema Saneamento e colocou-o no topo da lista de prioridades oficiais, na maior parte dos países da América Latina. A doença, que matou mais de 10 mil

"Não se pode, simplesmente, cortar o fornecimento de água às pessoas, se elas não pagarem as contas"

pessoas em toda região, desde o surgimento da epidemia, no Peru, em 1991, deixou claro que havia urgência de fornecimento adequado de água e de tratamento de esgotos. O Banco mundial divulgou cálculos ambiciosos sobre a quantidade de investimentos necessários para tratar a questão, e sugeriu que seria preciso um total de US\$ 5 bilhões por ano, em toda a América Latina, apenas para o abastecimento de água, e mais US\$ 7 bilhões para esgotamento sanitário.

Ocorre, no entanto, que os Governos latino-americanos ainda relutam em repassar ao setor privado os serviços de Saneamento, tendo em vista a sua importância do ponto de vista político e social e de seu impacto sobre a saúde pública. "O abastecimento de água é o tópico menos apreciado na privatização", diz, na matéria, o diretor geral da companhia inglesa Norte West Water International Services, Allan Michaelson. O Brasil, segundo constatou, depois dos acordos fechados na Argentina e no México, "é o país que mais recentemente licitou concessões de água e esgotos para o setor privado", acrescenta, citando os exemplos de Limeira (hoje

questionada na Justiça) e de Ribeirão Preto, ambos em São Paulo.

LUCRO X PRIORIDADE SOCIAL

Incentivados pelo próprio Governo Federal brasileiro, muitos municípios acenaram ao setor privado com propostas, acreditando que "os empreiteiros de todo mundo viriam correndo", diz a publicação. Em vez disso, as empresas se mantiveram distantes, afastadas pela própria legislação do País, cuja Constituição garante ao cidadão o direito à saúde e, portanto, ao Saneamento Básico, como dever do Estado.

Segundo afirma o diretor geral da CGLA Infrastructure - uma Consultoria sediada em Boston, EUA -, Ben Jaffee, "O Brasil não tem uma história de financiamento de projetos privados, e isso cria dificuldades". Para ele, a Lei Federal de Concessões, aprovada em fevereiro de 1995, fornece uma estrutura jurídica geral, mas não estabelece claramente regras que garantam liberdade para a fixação de tarifas e a condução das operações, sem interferências políticas (segundo juristas brasileiros, a lei é inconstitucional).

Por sua vez, as empresas estrangeiras, na expectativa de ter um retorno de capital por volta de 15% ou 20% anuais, recuaram ante os limites impostos sobre as tarifas que, em alguns dos acordos, reduziram esse retorno para 5% e 8%. "Alguns Estados disseram que as tarifas cobradas pelo tratamento de dejetos deveriam ser de 80% das cobradas pela empresa estatal", afirma Jaffee.

Outros, segundo revelou no artigo, já concordam que os preços sejam iguais aos das estatais, mas mesmo isso as empresas estrangeiras não aceitam, por considerarem que as estatais ainda "cobram muito pouco" e continuam sendo subsidiadas.

As companhias estrangeiras também demonstram temores quanto à "volatilidade" das taxas de câmbio e os riscos existentes na venda e cobrança de um serviço associado a um recurso tão especial. "Não se pode, simplesmente, cortar o fornecimento de água às pessoas, se elas não pagarem" diz o britânico Bill Stead. "O Brasil pode ter uma moeda forte e a inflação sob controle, no momento, mas quem está operando negócios, cuja maturação é de 15 anos, sabe bem o que pode acontecer", conclui uma outra consultoria americana citada no artigo da América/Economia.

*Elaborado com base em artigo da Revista América / Economia

ASEAC
VSEVC

Associação dos Empregados
de Nível Universitário da CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120 / 902
Praça Mauá, Centro / RJ - CEP:20081-260